



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANEXO X**MINUTA DE CONTRATO**PROCESSO Nº **23110.003434/2019-38**CONTRATO Nº **XXXX/XXXX**

CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA DO RAMO
DE
DESENVOLVIMENTO E
ANÁLISE DE SISTEMAS
PARA SUPORTE A
APLICAÇÕES
HOSPITALARES, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PELOTAS E A
EMPRESA
XXXXXXXXXX.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, com sede na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas/RS, inscrito no CNPJ sob o nº **92.242.080/0001-00**, neste ato representado pelo seu Reitor, Prof. Prof. Pedro Rodrigues Curi Hallal, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 7051603285-SSP/RS, e inscrito no CPF sob o nº 966.240.940-87, residente e domiciliado nesta cidade de Pelotas – RS, nomeado pelo Decreto de 22 de dezembro de 2016, publicado em 23/12/2016 no D.O.U., seção 02, representando o **HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, inscrito no CNPJ **92.242.080/0002-90**, com sede na Rua Professor Araújo nº 538, Centro, Pelotas/RS, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, CNAE nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada por **XXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23110.003434/2019-38, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº 15/2019**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O contrato tem por objeto a contratação de empresa do ramo de desenvolvimento e análise de sistemas para Suporte a Aplicações Hospitalares, visando atender às necessidades do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, conforme

especificações e demais elementos técnicos constantes no termo de referência e no edital e seus anexos.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO
01	3.840	hora	-	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento e análise de sistemas, para manutenção preventiva, evolutiva e corretiva dos sistemas do HEUFPel/EBSERH

1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2019, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

2.1. Faz parte do escopo o seguinte rol exemplificativo de atividades:

2.1.1. Analisar a viabilidade e o impacto da instalação de novas soluções de TI (Frameworks, linguagens de programação, Ambiente Integrado de Desenvolvimento e outras tecnologias similares de apoio ao desenvolvimento de sistemas), elaborando relatório técnico para subsidiar a decisão do CONTRATANTE;

2.1.2. Elaborar os cronogramas dos projetos, analisando o impacto nos serviços e solicitar aprovação às áreas solicitantes de Sistemas;

2.1.3. Realizar a elicitação de requisitos e prototipação das interfaces de usuário junto aos gestores e usuários dos sistemas visando entender as necessidades do usuário e as regras de negócio;

2.1.4. Elaborar, manter e atualizar a documentação técnica dos sistemas de informação do CONTRATANTE, além da documentação do usuário que engloba apostilas ou manuais do sistema que descrevem como utilizar o software, o que ele é capaz de fornecer e como receber as informações que se deseja conforme modelo proposto pelo CONTRATANTE;

2.1.5. Manter, atualizar e disponibilizar as documentações técnicas e manuais de usuário dos sistemas de informação do CONTRATANTE atualizadas;

2.1.6. Auxiliar os gestores dos sistemas na homologação das melhorias executadas;

2.1.7. Prestar o suporte necessário à equipe de Administração de Dados do CONTRATANTE com relação às bases de dados corporativas, visando à eliminação de redundância de dados;

2.1.8. Criar scripts de alteração de dados (updates, deletes e inserts) garantindo a integridade dos dados da CONTRATANTE quando da sua utilização;

2.1.9. Criar Querys para suporte à manutenção dos sistemas;

2.1.10. Prestar o suporte necessário na administração de objetos de banco de dados (criação, exclusão, alteração e manutenção de tabelas, views, stored procedures, triggers, functions);

2.1.11. Prestar suporte a execução de projetos de desenvolvimento, modelagem, implantação e manutenção dos bancos de dados;

2.1.12. Promover o diagnóstico de situações de gargalos e problemas de desempenho nos sistemas;

2.1.13. Prestar o suporte necessário na execução da gestão da segurança das bases de dados obedecendo ao padrão de segurança estabelecido;

- 2.1.14. Auxiliar em projetos de atualização do ambiente de banco de dados do CONTRATANTE;
- 2.1.15. Propor ajustes nos recursos e sistemas de banco de dados, buscando aumentar sua capacidade, sua disponibilidade e seu desempenho para atender aos projetos de melhorias nos sistemas;
- 2.1.16. Prestar o suporte necessário à equipe da CONTRATANTE na elaboração e emissão de relatórios com análise de desempenho no acesso a sistemas Gerenciadores de Banco de Dados por sistemas de informação do CONTRATANTE, propondo as medidas corretivas necessárias;
- 2.1.17. Prestar o suporte necessário à equipe de infraestrutura na sugestão, prospecção, Homologação e implantação da Política de Segurança da Informação e da Política de Segurança de Desenvolvimento de Aplicações;
- 2.1.18. Realizar o atendimento dos chamados técnicos para melhorias em Sistemas;
- 2.1.19. Detectar, de modo proativo, possíveis problemas em Sistemas;
- 2.1.20. Participar, quando solicitado, de reunião com os gerentes e participantes dos projetos de infraestrutura, desenvolvimento, manutenção e administração de dados, a fim de prover soluções para projetos e/ou atividades em andamento;
- 2.1.21. Prestar o suporte necessário à equipe de infraestrutura para instalar, configurar, disponibilizar e manter os servidores de aplicações conforme a determinação do CONTRATANTE;
- 2.1.22. Prestar todo o suporte necessário à equipe de infraestrutura e do CONTRATANTE para a geração de relatórios e gráficos de desempenho, logs de funcionamentos e tempo de resposta das aplicações;
- 2.1.23. Prestar todo o suporte necessário à equipe de infraestrutura para a publicação dos artefatos que compõem o sistema nos ambientes próprios;
- 2.1.24. Prestar todo o suporte necessário à equipe de infraestrutura para a administração e a configuração dos servidores de aplicação seguindo as práticas de segurança, conforme a determinação do CONTRATANTE;
- 2.1.25. Garantir que a Política de Segurança de Desenvolvimento de Aplicações seja obedecida;
- 2.1.26. Realizar, mediante autorização, a técnica de Engenharia Reversa nos sistemas legados do CONTRATANTE, visando abstrair as características próprias do sistema em um nível mais alto de abstração com a finalidade de realizar a manutenção do sistema;
- 2.1.27. Detectar falhas e propor correções em sistemas implantados na arquitetura de sistemas e Frameworks de desenvolvimento de sistemas do CONTRATANTE;
- 2.1.28. Propor ou auxiliar na construção de padrões e procedimentos operacionais e melhores práticas de manutenção de Framework de desenvolvimento de sistemas do CONTRATANTE;
- 2.1.29. Realizar o controle do código-fonte de programas e das bibliotecas de programa-fonte no ambiente de desenvolvimento;
- 2.1.30. Executar as atividades de manutenção evolutiva, adaptativa e de interface na arquitetura de desenvolvimento de sistemas do CONTRATANTE;
- 2.1.31. Realizar a criação e administração de componentes de software, incluindo programas de suporte, bibliotecas de código, linguagens de script e outros softwares para auxiliar no desenvolvimento e unir diferentes componentes de um projeto de software;
- 2.1.32. Realizar extração de dados na base de dados dos sistemas do CONTRATANTE e exportá-los para arquivos, ODT, ODS, XLS ou PDFs e outros;

- 2.1.33. Criar, manter e atualizar WebServices (SOAP e REST) e seus respectivos métodos;
- 2.1.34. Criar, manter e atualizar arquivos no formato XML e seus respectivos XSDs (XML Schema Definition);
- 2.1.35. Criar e executar Planos de Testes e Casos de Testes, visando verificar e validar programas e sistemas, incluindo a preparação de dados, com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas de informação do CONTRATANTE;
- 2.1.36. Criar e executar testes de caixa branca, caixa preta, unitário, integração, sistema, usabilidade, regressão, segurança, integridade, configuração, aceitação e desempenho (carga, stress e estabilidade) nos programas e sistemas, incluindo a preparação de dados, com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas de informação do CONTRATANTE;
- 2.1.37. Receber, avaliar e manter os sistemas desenvolvidos de terceiros, bem como suas respectivas documentações;
- 2.1.38. Auxiliar as demais equipes nos processos de acompanhamento, publicação e implantação dos sistemas desenvolvidos, internamente ou pela Fábrica de Software, nos ambientes de homologação, teste e produção;
- 2.1.39. Auxiliar a análise informacional de auditoria de sistemas de informação;
- 2.1.40. Realizar Pareceres Técnicos relacionados a quaisquer itens de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- 2.1.41. Propor ao CONTRATANTE a melhoria da arquitetura dos sistemas visando garantir a arquitetura mais robusta possível;
- 2.1.42. Manter atualizado o Sistema de Gerenciamento de Demandas - SGD do CONTRATANTE com as informações sobre o andamento dos chamados;
- 2.1.43. Ter o objetivo de manter os sistemas em produção pelo maior tempo possível sem falhas, e ao tê-las, adotar ações de contorno que minimizem o impacto em seu negócio, aumentando a confiança nos sistemas e reduzindo a necessidade de novos investimentos;
- 2.1.44. Atender a dúvidas da equipe técnica do CONTRATANTE e requisição de informações sobre os sistemas, alimentando bases de conhecimento a partir da documentação existente e, caso inexistente, pela criação da documentação que a suporte;
- 2.1.45. Realizar o desenvolvimento e sustentação de novos projetos de sistemas, aplicativos móveis (Web apps e apps) e serviços do Windows.
- 2.1.46. Criar toda massa de dados necessária para realização do desenvolvimento e testes das demandas requisitadas.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 3.1. Os serviços contemplam atividades de manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas utilizados pelo SGPTI. As demandas atribuídas serão de total responsabilidade e gerenciamento da CONTRATANTE, que através de seu representante, irá coordenar e distribuir as atividades de acordo com a função.
- 3.2. A CONTRATANTE também deverá disponibilizar os códigos fonte dos sistemas, bem como a licença das linguagens de programação e de softwares que designar desenvolvimento/manutenção.
- 3.3. A CONTRATADA deverá ter capacidade para atender até 320(trezentas e vinte) horas de atendimento por mês para suporte as aplicações hospitalares que serão demandadas conforme necessidade.
- 3.4. São atribuições:
 - 3.4.1. O serviço de planejamento de demandas consiste na realização do estudo de viabilidade e levantamento de requisitos para o desenvolvimento de sistemas,

softwares e aplicativos e, a critério do CONTRATANTE, para manutenções evolutivas e adaptativas. Visa compreender o negócio, as necessidades, os requisitos e a qualidade esperada dos artefatos a serem gerados;

3.4.2. Através do serviço de planejamento, as características-chaves do negócio ficam descritas no documento de Plano de Projeto. Além disso, é feito o mapeamento dos riscos para o projeto e é realizada a mensuração do tamanho funcional estimado em ponto de função da solução;

3.4.3. As atividades de planejamento, acompanhamento e controle da demanda também fazem parte do escopo desta etapa.

3.4.4. Os serviços de documentação consistem na realização do detalhamento e especificação dos requisitos levantados para o sistema, prototipação das interfaces de usuários, definição da arquitetura do sistema e realização da análise e projeto do sistema e da modelagem de dados. Além disso, contemplará também a realização ou atualização da contagem detalhada do sistema em pontos de função;

3.4.5. As atividades de planejamento, acompanhamento e controle do serviço também fazem parte do escopo desta etapa, de modo que a CONTRATADA deverá elaborar e manter atualizado o cronograma de atividades e remeter ao CONTRATANTE periodicamente e/ou sempre que lhe for solicitado;

3.4.6. O serviço de desenvolvimento e evolução de sistemas consistirá no processo incremental e iterativo destinado à construção de um software novo ou um release de software existente, a partir de especificações funcionais e não-funcionais definidas pelo CONTRATANTE.

3.4.7. O serviço de desenvolvimento e evolução de software tipicamente compreenderá as atividades de atualização das especificações de requisitos, do projeto de sistema e da modelagem de dados, construção (codificação), especificação e execução de testes, elaboração de manuais do usuário e implantação, majoritariamente desenvolvidos de acordo com as especificações do CONTRATANTE;

3.4.8. O serviço de manutenção de sistemas consistirá na manutenção continuada ou sob demanda de um software, estendendo-se até o momento em que for substituído ou descontinuado, e abrangendo:

3.4.8.1. Manutenção corretiva: consistem na correção de incidentes, problemas, erros e defeitos, incluindo sua documentação técnica, para eliminar falhas ocorridas que provoquem a interrupção inesperada de seu funcionamento ou a eliminação de comportamentos do software que divirjam de suas especificações e requisitos preestabelecidos;

3.4.8.2. Em caso de incidentes graves, que paralise os atendimentos no âmbito do Hospital Escola da UFPel, fora do horário comercial, a CONTRATADA deverá dispor de atendimento sob demanda, que deverá cumprir a (SLA) vigente e será contabilizado como horas trabalhadas na carga horária contratada mensal.

3.4.8.3. Manutenção evolutiva: Consiste em mudanças de regras de negócio durante o ciclo de vida do negócio e por consequência do software. Pode também estar relacionada às personalizações que influenciam nas funcionalidades ou operações do sistema como: inclusão ou alteração de campos, tabelas, relatórios, leiautes, críticas de entrada de dados e melhorias na navegação.

3.4.8.4. Atualização de documentação e exclusão de campos ou tela também fazem parte da manutenção evolutiva.

3.4.8.5. Manutenção adaptativa tecnológica: Consiste na alteração do sistema para adaptá-lo às mudanças do ambiente computacional (compreendendo hardware e software) onde foi desenvolvido ou onde é executado, inclusive atualização de documentação técnica e melhorias de desempenho que não impliquem em inserção, alteração ou exclusão de funcionalidades e/ou regras de negócio;

3.4.8.6. São considerados os seguintes componentes tecnológicos passíveis de adaptação: Sistema Gerenciador de Bancos de Dados, Servidor de Aplicações, bibliotecas e/ou frameworks utilizados e as evoluções da própria linguagem computacional utilizada;

3.4.8.7. Englobam, ainda, outras adequações no sistema sem alteração do escopo da funcionalidade ou regra de negócio, mediante intervenção direta no código-fonte;

3.4.8.8. Manutenção cosmética localizada: consiste em alteração de interface de usuário que não implique alteração das regras de negócio do Caso de Uso e que seja realizada de forma localizada, isto é, pela intervenção em um único arquivo ou em um pequeno conjunto de arquivos. Tal manutenção pode ser exemplificada da forma que se segue:

3.4.8.9. Fontes de letra, cores, logotipos, mudanças de botões, alteração na posição de campos e texto na tela;

3.4.8.10. Mudanças de texto em mensagens do sistema, título de um relatório ou labels de uma tela de consulta;

3.4.8.11. Mudanças de texto estático em e-mail enviado pelo sistema.

3.4.8.12. Atendimento e Suporte:

3.4.8.13. Prestação de esclarecimentos ao CONTRATANTE quanto à forma como foram implementados os requisitos do sistema, aos procedimentos requeridos ao seu correto funcionamento ou aos dados mantidos por ele;

3.4.8.14. Apoio à identificação e isolamento de falhas e problemas na execução do software.

3.4.8.15. Atividades especiais: Consiste na preparação de roteiros de execução em linguagem SQL, ou outra adequada ao caso, destinados às extrações de dados não cobertas pelos relatórios do sistema, à correção de inconsistências nos dados mantidos pelo sistema e não realizáveis por meio das interfaces de usuário disponíveis (ou cujo volume inviabilize a sua execução de forma manual), ou à inserção de dados não automatizada no sistema. Abrange também:

3.4.8.16. Zelar pela integridade física e lógica dos dados;

3.4.8.17. Elaboração de pesquisas às bases de dados do CONTRATANTE para atender a consultas ou inserção/correção de dados diretamente nas bases de dados de produção dos sistemas. Exemplos de atividades:

3.4.8.18. Intervenção em bases de dados para correção de dados ou informações;

3.4.8.19. Elaboração de relatórios, geração de arquivos e consultas ad-hoc;

3.4.8.20. Criação e execução de rotinas de limpeza e adequação de dados;

3.4.8.21. Recompilar código fonte.

3.4.8.22. Criação e atualização de manuais e roteiros de orientação aos usuários;

3.4.8.23. Todas as atividades necessárias para disponibilizar e manter a solução desenvolvida nos ambientes do CONTRATANTE.

3.4.9. Rotinas operacionais: Consiste na execução de quaisquer procedimentos operacionais rotineiramente requeridos pelo sistema em função de suas regras de negócio ou forma de construção;

3.4.10. Migração de dados: Consiste na elaboração de rotinas visando à transferência de dados de uma base para outra, podendo ser de um sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) para outro ou no mesmo SGBD. Essa transferência poderá representar mudanças de estrutura ou não. Exemplos de atividades.

- 3.4.10.1. Criação de script;
- 3.4.10.2. Validação e limpeza de massa de dados;
- 3.4.10.3. Adequação e dicionarização do modelo dados e dicionário de dados.

3.4.11. Testes em sistemas: Atividades de apoio para realizar testes em sistemas visando apoiar a equipe do CONTRATANTE nas mudanças realizadas no Parque de TI em dias úteis e não úteis dentro ou fora do horário comercial;

3.4.12. Atividades de gerenciamento e planejamento do projeto;

3.4.13. A critério do CONTRATANTE, poderá contemplar atividades de levantamento de requisitos, análise e projeto de sistema e modelagem de dados, majoritariamente desenvolvidos de acordo com o MGDS ou o Modelo de Gestão de Sustentação Ágil de Software do CONTRATANTE;

3.4.14. Os serviços de manutenção serão prestados tanto na forma de sustentação mensal de sistema(s) quanto mediante solicitações de serviços específicos, encaminhadas sob demanda, para atendimentos relacionados a entregas de produto(s) e/ou serviço(s) único(s);

3.4.15. A empresa vencedora do certame deverá disponibilizar, conforme necessidade da CONTRATANTE, número suficiente de funcionários para atender a demanda contratada, que desempenharão suas atividades em local disponibilizado pela CONTRATANTE nas suas dependências.

3.5. **SEGURANÇA**

3.5.1. A CONTRATADA deverá observar e respeitar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do Hospital Escola da UFPel, definidos por Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC), e nas normas operacionais complementares que forem criadas e suas atualizações.

3.5.2. Deve ser mantido sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos da CONTRATANTE e da CONTRATADA que se refiram à CONTRATANTE, conforme Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência, ANEXOS VIII e IX do Edital (0440768).

3.5.3. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

3.6. Todos os gastos com folha de pagamento de pessoal e encargos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

4.4. Os serviços serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com o consequente ateste da nota fiscal.

4.5. Após a verificação dos serviços e avaliação de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), feitas pelo fiscal do contrato, este comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.6. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal do contrato.

4.7. O fiscal do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela contratada, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O prazo máximo de início das atividades será de 15 (quinze) dias a contar da emissão da ordem de serviço.

5.2. Local de execução dos serviços: no Setor de Gestão de Processo e Tecnologia da Informação do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, no seguinte endereço: Rua Marcilio Dias nº 939, Bairro Centro, Pelotas/RS.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

6.1. Disposições Gerais:

6.1.1. Fica estabelecido entre as partes Índice de Medição de Resultados - IMR, o qual tem por objetivo medir a efetividade e a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

6.1.2. Este capítulo é parte indissociável do contrato firmado entre as partes;

6.1.3. A execução do contrato será implementada através da delegação de responsabilidades, tendo a CONTRATANTE a responsabilidade da gestão do contrato e verificação do atendimento aos padrões de qualidade exigidos, enquanto a CONTRATADA tem a responsabilidade pela execução operacional dos serviços e gestão dos recursos humanos e físicos a seu encargo.

6.1.4. Os serviços envolvem a execução de atividades eventuais, para atender as necessidades específicas e atividades de rotina, que devem ser executadas de maneira contínua para apoiar os processos de trabalho da CONTRATANTE.

6.1.5. Os níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos em contrato, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados aos serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência, cobertura e segurança. Estes fatores são medidos por indicadores relacionados à natureza e característica dos serviços para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

6.1.6. Os indicadores de avaliação e suas respectivas metas são expressos em determinada unidade de medida, como por exemplo: percentuais, tempo medido em horas, minutos, números que expressam quantidades físicas, dias úteis e dias corridos. O presente termo de referência adotou como meta, o tempo de solução de eventos, desenvolvimento e problemas.

6.1.7. A definição do tempo máximo para execução de atividade de planejamento, manutenções evolutivas e adaptativas, levantamento de requisitos, geração de relatórios, testes e documentação, será calculado através do método de pontos de

função que serão calculados pela CONTRATANTE e apresentados à CONTRATADA para validação e aceite:

6.1.7.1. Será levado em consideração para cálculo dos pontos de função o histórico de cálculos e tempo de execução atuais praticados no hospital.

6.1.7.2. Para os casos de desenvolvimento em linguagem que não é atualmente utilizada, e portanto, não temos histórico de cálculo, será utilizada a média da tabela de produtividade do Roteiro de contagem de Pontos de Função da SERPRO.

6.1.8. As correções de incidentes seguirão os IMR's vigentes na instituição, e suas alterações, sendo atualmente:

TIPO	SLA ATRIBUIÇÃO	SLA SOLUÇÃO
Incidente (Erro ou Falha)	00:30:00	02:00:00
Esclarecimento de dúvidas sobre sistemas	02:00:00	08:00:00
Planejamento, manutenções evolutivas e adaptativas, levantamento de requisitos, geração de relatórios, testes e documentação	Dependendo do cálculo da quantidade de pontos de função necessários para execução.	Dependendo do cálculo da quantidade de pontos de função necessários para execução.

6.1.9. Os serviços de planejamento, manutenções evolutivas e adaptativas, levantamento de requisitos, geração de relatórios, testes e documentação, entrarão em fila para execução, conforme ordem estabelecida pelo comitê gestor de TI do HE-UFPEL, sendo atribuídos sequencialmente, logo após a conclusão do anteriormente atribuído.

6.1.10. A atribuição e acompanhamento da execução serão realizados através do sistema de gestão de chamados disponibilizado pela CONTRATANTE.

6.1.11. Os indicadores e metas estabelecidos neste documento definem os níveis de serviço exigidos e que devem ser cumpridos pela CONTRATADA. Os primeiros 60 (sessenta) dias corridos, após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização, durante o qual os tempos de solução admitirão margem de tolerância de 20% (vinte por cento). Após o período de estabilização, o IMR deverá ser cumprido integralmente conforme o estabelecido neste termo de referência.

6.1.12. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviço será mensal, devendo a CONTRATADA elaborar relatório gerencial de serviços, apresentando-o aos gestores do contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

6.1.13. A execução dos serviços será gerenciada pela CONTRATADA, que fará o acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis acordados, devem ser imediatamente comunicados à CONTRATANTE que, por meio dos fiscais do contrato, atuará em conjunto com a CONTRATADA na busca da melhor solução para o problema.

6.1.14. É possível a realização de ajustes no IMR pactuado, objetivando aperfeiçoá-lo, inclusive com a inclusão/exclusão de indicadores de qualidade e performance, desde que feitos de comum acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, tomando-se as providências formais necessárias.

6.1.15. A contratada obriga-se a aceitar a aferição dos serviços, conforme definição dos indicadores e descontos previstos neste Índice de Medição de Resultados;

6.1.15.1. As condições abrangidas pelo Índice de Medição de Resultados – IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

6.2. Dos Procedimentos:

6.2.1. Os serviços prestados serão avaliados e homologados até o quinto dia útil subsequente à apresentação do relatório gerencial mensal, em reunião para a sua análise, onde serão discutidos os assuntos relevantes à adequada prestação dos serviços. Quando da homologação, deverão estar presentes os responsáveis da CONTRATANTE e da CONTRATADA;

6.2.2. Todas as chamadas de solicitação de serviços serão recebidas pela CONTRATANTE através do sistema de abertura de chamados por ela disponibilizado, as solicitações serão analisadas e repassadas a CONTRATADA quando for o caso para resolução;

6.2.3. Deverão ser cumpridos os tempos de solução constantes no item 6.1.8, orientados pela seguinte representação:



I (início da ocorrência) – Momento em que é inserido o registro do chamado no sistema gerenciador de chamados.

R (resposta) – Momento em que o técnico da CONTRATADA inicia o atendimento da solicitação do serviço.

S (solução) – Momento em que o chamado é solucionado e encerrado.

O tempo T1 representa o tempo de abertura do chamado até a atribuição do mesmo à CONTRATADA.

O tempo T2 representa o tempo máximo de solução conforme item 6.1.8.

Ao menos 90% dos chamados deverão ter tempo de resposta (T2) de acordo com o prazo estabelecido nas tabelas do item 6.1.8.

6.2.4. Todos os serviços aqui discriminados serão coordenados e supervisionados por prepostos da CONTRATADA, especialmente designados para esta atividade que se reportarão diretamente aos fiscais da CONTRATANTE, devidamente relacionados no contrato, cabendo à CONTRATADA administrar os recursos humanos sob sua responsabilidade.

6.2.5. Cabe à CONTRATADA gerar relatórios com informações e estatísticas mensais que subsidiem a tomada de decisões e o planejamento de ações para a melhoria dos serviços prestados.

6.2.6. Tendo em vista a constante melhoria, tanto o IMR quanto ao catálogo de serviços podem ser revistos pela CONTRATANTE a qualquer momento durante a vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.2. Independentemente dos sistemas de acompanhamento e supervisão exercidos diretamente pela CONTRATADA para os níveis de atendimento dos serviços contratados, o Hospital Escola da UFPeI exercerá supervisão e acompanhamento da execução do contrato e dos serviços prestados, utilizando servidor(es) designado(s) para este fim.

7.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.4. Entre as diversas funções de acompanhamento e supervisão a serem exercidas pelo Hospital Escola da UFPeI, destacam-se: avaliação da qualidade dos serviços realizados e

aceite dos serviços prestados.

7.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

7.7. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

7.7.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.7.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.14. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.15. O fiscal, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.17. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.18. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste

Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.20. Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, confeccionar e assinar o Termo de Aceite Provisório/Definitivo; atestar a nota fiscal, avaliar a qualidade dos bens entregues; determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como, verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

7.21. A presença do fiscal do contrato não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas.

7.22. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

7.23. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Hospital Escola da UFPel, se entregue ou executado em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus Encartes, bem como em contrato e na proposta comercial.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1.1. Cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens da administração do HE-UFPEL;
- 8.1.2. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;
- 8.1.3. Cumprir a escala de serviço;
- 8.1.4. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;
- 8.1.5. Conservar as dependências do local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;
- 8.1.6. Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando ao responsável qualquer eventualidade que observe;
- 8.1.7. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;
- 8.1.8. Observar o prazo estipulado para execução das tarefas;
- 8.1.9. Os funcionários devem apresentar-se sempre com crachá;
- 8.1.10. Conhecer e aplicar a legislação pertinente a sua área de atuação e dos protocolos da Instituição.

8.2. DA INFRAESTRUTURA DE TI

- 8.2.1. A infraestrutura necessária para a prestação dos serviços, em quantidade e características compatíveis com a demanda, no que se refere a espaço físico, mobiliário, linhas, ramais e recursos computacionais (hardware e software), a serem usados pela CONTRATADA, serão cedidos pela CONTRATANTE e desta permanecerão propriedade.
- 8.2.2. Estão excluídos da responsabilidade da CONTRATANTE, quaisquer itens de infraestrutura necessários fora de suas instalações.
- 8.2.3. Os técnicos da CONTRATADA não poderão efetuar a instalação de softwares que não tenham sido homologados pela SGPTI.

8.2.4. Os técnicos da CONTRATADA não deverão, em hipótese nenhuma, produzir laudos técnicos ou emitir opiniões diretamente aos usuários que atendem no que concerne à obsolescência dos equipamentos disponíveis. Tais informações devem ser passadas apenas à gerência dos serviços, que tomará as providências factíveis necessárias.

8.2.5. Todas as informações (dados armazenados em equipamentos, estatísticas, especificações e normas técnicas, etc.) geradas no âmbito da execução dos serviços além de serem sigilosas, são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, podendo ser divulgadas apenas mediante autorização expressa por escrito da CONTRATANTE, para fins específicos e previamente declarados. Tais informações, ao final do contrato ou a qualquer tempo, deverão ser completamente repassadas à CONTRATANTE, quando solicitado.

8.3. NOTIFICAÇÕES E DEDUÇÕES SOBRE O VALOR CONTRATADO

8.3.1. As notificações e deduções de que trata este item serão aplicadas mensalmente, quando necessário.

8.3.2. O valor mensal relativo aos serviços sofrerá dedução do valor contratado caso não sejam atingidas as metas do IMR descritas no item 6.1.8, conforme a seguinte tabela:

ATENDIMENTO DO IMR < 90 %	
FAIXA	DEDUÇÃO
≥ 80% e ≤ 90%	0,3% por cada ponto percentual abaixo de 90%
≥ 70% e ≤ 80%	0,5% por cada ponto percentual abaixo de 80%
≥ 60% e ≤ 70%	0,8% por cada ponto percentual abaixo de 70%
≥ 50% e ≤ 60%	2% por cada ponto percentual abaixo de 60%
< 50%	4% por cada ponto percentual abaixo de 50%

8.3.3. Para apuração do percentual de cumprimento do IMR que será usado para identificação da faixa de dedução da tabela do item 6.1, deve-se calcular a média aritmética dos percentuais de cumprimento de cada atividade descrita nas tabelas do item 6.1.8 no mês de referência.

8.4. DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.4.1. Mensalmente, a CONTRATANTE realizará a mensuração do nível de atendimento dos serviços contratados, por meio de análise dos relatórios de atendimentos/chamados emitidos pela CONTRATADA. Serão aferidos todos os serviços prestados, com base nos procedimentos definidos neste Termo de Referência.

8.4.2. A medição deverá ser realizada compreendendo o período entre o primeiro dia e o último dia do mês, exceto no mês de assinatura do contrato, no qual a medição compreenderá os serviços realizados entre a data da emissão da ordem de serviço e o último dia do mês, bem como no último mês de vigência do contrato, em que se medirá o serviço prestado entre o primeiro dia deste mês e a data de vencimento do contrato.

8.5. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

8.5.1. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, neste caso, no que couber, mediante Termos de Aceite.

8.5.2. Deverá a CONTRATADA adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, de 1º de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento e Gestão.

8.5.3. Os serviços contratados deverão obedecer aos Níveis Mínimos de Serviços especificados neste Termo de Referência.

8.5.4. Mediante Termo, os serviços serão recebidos:

8.5.4.1. PROVISORIAMENTE, pelo (s) servidor (es) responsável (eis) designado pela CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias do recebimento pela CONTRATANTE;

8.5.4.2. DEFINITIVAMENTE, pelo(s) servidor (es) responsável (eis) designado(s) pela CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

8.5.5. A CONTRATADA deverá observar os prazos estabelecidos nos Níveis Mínimos de Serviços. Caso esse prazo já tenha sido extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas contratualmente.

8.5.6. A entrega do serviço, pela CONTRATADA, e o recebimento, pela CONTRATANTE, não implica em sua aceitação.

8.5.7. O Aceite Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos em Lei.

8.5.8. Eventuais erros que sejam detectados posteriormente serão reportados em Ordem de Serviço especial para itens em garantia, a qual não implicará em ônus para a CONTRATANTE.

8.6. DO SIGILO E RESPONSABILIDADE

8.6.1. Condições de Manutenção de Sigilo e Responsabilidade:

8.6.1.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

8.6.1.2. No ato da assinatura do contrato, o representante da CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência.

8.6.1.3. Também deverão assinar o de Termo de Ciência o Preposto da CONTRATADA e cada um dos profissionais alocados durante a vigência do contrato.

8.7. DA TRANSFERÊNCIA AO FINAL DO CONTRATO

8.7.1. Toda a documentação técnica produzida na efetiva execução contratual, além de dados e informações técnicas de serviços / relatórios técnicos, deverá ser entregue ao Fiscal do Contrato até 10 (dez) dias antes do término do contrato.

8.7.2. Todos os recursos materiais, ou não, de propriedade do Hospital Escola da UFPEL, utilizados para a execução do objeto, deverão ser restituídos pela CONTRATADA ao término do contrato.

8.7.3. Todos os perfis de acesso a sistemas e serviços cadastrados a favor dos funcionários da CONTRATADA para fins de execução do objeto, deverão ao término da relação contratual serem revogados pela administração, cabendo ao Fiscal do Contrato tomar as medidas necessárias junto à área competente.

8.7.4. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento final com o objetivo de identificar todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como para: a apresentação do relatório da situação de cada uma das Ordens de Serviço, prova da realização da transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas e disponibilização de toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos

serviços contratados, a serem disponibilizadas ao CONTRATANTE ou empresa por ela designada, em até 8 (oito) dias anteriores a finalização do contrato.

8.7.5. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de contrato, sujeitando-a as obrigações em relação a todos os danos causados à CONTRATANTE, conforme estipulado nas sanções administrativas aplicáveis.

8.7.6. Durante o tempo requerido para executar a “Transferência ao Final do Contrato”, a CONTRATADA deve responsabilizar-se pelo esforço adicional que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.7.7. Por esforço adicional entende-se o treinamento nas tarefas, pesquisas, transferência de conhecimento, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e/ou empresa por ele designada, documentação ou qualquer outro esforço vinculado à tarefa de transição.

8.7.8. Transferência de Tecnologia:

8.7.8.1. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover a transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do Hospital Escola da UFPel ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços.

8.7.8.2. A transferência do conhecimento produzido durante a execução do contrato será implementada através do relacionamento interpessoal entre os servidores do Hospital Escola da UFPel e os profissionais da CONTRATADA, e pelo registro e compartilhamento de informações e documentos no repositório do software utilizado pelo Hospital Escola da UFPel para o controle de versões.

8.7.9. Toda a documentação que a CONTRATADA estará obrigada a registrar nesse repositório constará da Ordem de Serviço. Portanto, para que a Ordem de Serviço seja aceita e liberada para pagamento, o Hospital Escola da UFPel verificará no repositório a existência de tais documentos obrigatórios. Caso a CONTRATADA tenha falhado nesse quesito, estará sujeita ao não recebimento dos valores devidos, até que o repositório tenha sido devidamente atualizado com os documentos em questão.

8.7.10. Dessa forma, todo o conhecimento gerado durante a execução de cada Ordem de Serviço estará disponível e passará a fazer parte da base histórica do Hospital.

8.8. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

8.8.1. Relatório de Atividades: Relatório elaborado mensalmente pela CONTRATADA e encaminhado via ofício ao Fiscal do Contrato.

8.8.1.1. A CONTRATANTE possui ampla liberdade de contestar os dados informados no Relatório de Atividades, podendo solicitar correções, caso identifique que as informações apresentadas estejam incorretas.

8.8.1.2. Após a análise e aprovação deste relatório a CONTRATANTE deverá emitir a Autorização para Faturamento.

8.8.2. Autorização para Faturamento: Autorização emitida pelo Fiscal do Contrato e encaminhada via ofício ao Preposto da CONTRATADA. Este documento contém a autorização para que a CONTRATADA possa efetuar o faturamento.

8.8.3. Ofícios de Comunicação: Ofícios elaborados, por demanda, pela CONTRATANTE para avisar à CONTRATADA, ou vice-versa, de alguma mudança como endereços, telefone de contato ou qualquer informação importante referente aos aspectos legais ou administrativos.

8.8.4. E-mails de Comunicação: E-mails elaborados, por demanda, pela CONTRATANTE para avisar à CONTRATADA, ou vice-versa, de qualquer informação

importante referente aos aspectos técnicos ou operacionais.

8.8.5. Ordem de Serviço: Ordem de Serviço elaborada, por demanda, pela CONTRATANTE e encaminhada via sistema eletrônico, ou por outro meio devidamente acertado na reunião inicial, com a função de demandar serviços vinculados ao objeto deste Termo de Referência.

8.9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.9.1. A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental, disponibilizado como ANEXO III do Edital (0440768).

8.9.2. A execução do objeto será realizada de acordo com os critérios contidos no Art. 5º da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, Lei nº 12.305/2010 e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.

8.9.3. Nessa linha de pensamento, são diretrizes de sustentabilidade, quando couber, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.5. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, desde que identificado e incluído na relação de técnicos autorizados, o acesso às dependências do Órgão, respeitadas as normas de segurança vigentes;

9.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.7. Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

9.8. Emitir, antes da execução de qualquer serviço, sua respectiva Ordem de Serviço OS, com exceção dos casos emergenciais que terão prazo posterior de até 8 (oito) horas úteis para registro da OS.

9.9. Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações necessárias e relevantes à consecução dos serviços a serem executados.

9.10. Comunicar à CONTRATADA a necessidade de substituição de qualquer profissional que seja considerado inadequado para o exercício da função.

9.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com o contrato;

9.12. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.13. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

9.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

10. **CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

10.1.1. Designar um profissional de seu quadro para atuar como preposto, com a responsabilidade pela gestão dos aspectos administrativos, legais e técnicos do contrato, relacionando-se diretamente com o Fiscal do Contrato.

10.1.2. Selecionar, designar e manter em sua equipe profissionais cuja qualificação esteja em conformidade com os requisitos definidos. Os profissionais deverão ser contratados obrigatoriamente pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de forma a assegurar-se os benefícios trabalhistas decorrentes.

10.1.3. Apresentar, para cada profissional alocado aos serviços desta contratação, os currículos e comprovantes de formação, de capacitação e de certificação técnica (se obrigatória), conforme previsto.

10.1.4. Capacitar a equipe técnica alocada aos serviços desta contratação sempre que se fizer necessário, considerando a evolução tecnológica ou mudança de tecnologia realizada pelo Hospital Escola da UFPel em seu ambiente computacional.

10.1.5. Cumprir integralmente as especificações e prazos definidos na Ordem de Serviço, garantindo a qualidade dos produtos e serviços entregues.

10.1.6. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como: fretes, transportes, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, bem como as providências relativas à legalização dos mesmos perante os órgãos públicos.

10.1.7. Solicitar autorização prévia do Hospital Escola da UFPel antes de utilizar recursos de software que necessitem de aquisição de licença de uso.

10.1.8. Garantir a execução dos serviços sem interrupção, substituindo, caso necessário, sem ônus para o Hospital Escola da UFPel, qualquer profissional que tenha faltado ao serviço ou que estejam em gozo de férias, auxílio-doença, auxílio-maternidade ou qualquer outro benefício legal.

10.1.9. Cumprir as atividades inerentes ao contrato com profissional altamente especializado, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento integral do objeto desta contratação.

10.1.10. Admitir, administrar, coordenar e avaliar, sob sua responsabilidade, os profissionais necessários à prestação dos serviços desta contratação, obrigando-se também por todos os tributos, impostos, encargos (trabalhistas ou não), incluindo toda e qualquer verba rescisória, além de todas as taxas que se apliquem ao seu ramo de atuação.

10.1.11. Apresentar, em conjunto com a fatura de serviços mensais, o relatório mensal de atividades e os comprovantes de regularidade da situação fiscal, conforme determina o inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

10.1.12. Informar ao Hospital Escola da UFPel, para efeito de controle de acesso às dependências do Órgão, o nome e o respectivo número da carteira de identidade do(s)

empregado(s) que fara(ão) parte da equipe técnica alocada aos serviços desta contratação, juntamente com o Termo de Credenciamento e Termo de Ciência, bem como informaras ocorrências de afastamento definitivo e as substituições em casos de falta, ausência legal ou férias. Para os casos de desligamento a empresa deverá apresentar o Termo de Descredenciamento devidamente preenchido, bem como promover a devolução de outros materiais pertencentes ao Hospital Escola da UFPel e que veio a ter acesso em virtude da contratação.

10.1.13. Substituir qualquer um dos técnicos alocados aos serviços desta contratação, cuja atuação, permanência ou comportamento tenham sido julgados prejudiciais e inconvenientes à execução dos serviços ou às normas do Hospital Escola da UFPel.

10.1.14. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação feita pelo Fiscal do Contrato.

10.1.15. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou Preposto causarem ao Hospital Escola da UFPel ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e a responsabilidade decorrente.

10.1.16. Levar imediatamente ao conhecimento do Fiscal do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução dos serviços contratados.

10.1.17. Responsabilizar-se sobre todos os atos de seus técnicos, relacionados ao manuseio de arquivos de dados, sistemas computadorizados, softwares e equipamentos de propriedade do Hospital Escola da UFPel.

10.1.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

10.1.19. Sob pena de rescisão contratual, não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do Hospital Escola da UFPel.

10.1.20. Manter, durante vigência do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no processo licitatório.

10.1.21. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por suspensão/cancelamento, promover a transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do Hospital Escola da UFPel ou da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços.

10.1.22. Efetuar a transferência de conhecimento para a equipe técnica da CONTRATANTE, de todos os novos serviços implantados ou modificados, mediante documentação técnica em repositório adotado pela CONTRATANTE para esse fim.

10.1.23. Responsabilizar-se pela execução dos serviços com a qualidade exigida, sujeitando-se às penalidades e glosas previstas contratualmente, fornecendo e/ou direcionando tantos recursos quanto forem necessários para atender as exigências de qualidade determinadas para cada Ordem de Serviço, sem ônus para o CONTRATANTE.

10.1.24. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA ONZE - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DOZE - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CLÁUSULA TREZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que.

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções;

13.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

13.2.2. Multa de:

13.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

13.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

13.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

13.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.3, 13.2.4 e 13.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. **CLÁUSULA QUATORZE - DA VIGÊNCIA**

14.1. O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo a critério da Administração, ser prorrogado até o limite legal, obedecendo ao disposto no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

14.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

14.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

14.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

14.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

14.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

14.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

14.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

14.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

15. **CLÁUSULA QUINZE - DO PREÇO**

15.1. O valor total da contratação é de R\$..... (valor por extenso).

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	3.840	hora	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento e análise de sistemas, para manutenção preventiva, evolutiva e corretiva dos sistemas do HEUFPel/EBSERH	R\$113,65	R\$ 436.441,60

15.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

15.2. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados e do resultado do I.M.R.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, indicada na classificação descrita abaixo:

Gestão/Unidade (UGR): 154145

Fonte de Recurso: 6153000300

Programa de Trabalho (Ptres): 109671

Natureza de Despesa: 339040

Plano Interno: MAC2019

Nota de Empenho: 2019NEXXXXXXXX

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será mensal e efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do "Ateste" do Fiscal do Contrato na Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. A contratada deverá emitir somente uma nota fiscal de serviços a cada mês (a partir do primeiro dia do mês subsequente), compreendendo todos os fornecimentos realizados no período.

17.1.1.1. Ao final de cada mês da execução contratual, a CONTRATADA apresentará um relatório prévio dos materiais fornecidos no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.1.1.2. Após a verificação de conformidade do relatório e aplicação do método de aferição de qualidade da execução do objeto (IMR), o fiscal do contrato autorizará a emissão da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. O “atesto” na Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da documentação apresentada pela CONTRATADA com os materiais efetivamente fornecidos, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

17.2.1. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. O pagamento somente será efetuado após a conferência do "atesto" pelo servidor competente (Fiscal) na Nota Fiscal/Fatura apresentada.

17.5. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.6. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.7. Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

17.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{100}$$

I =	(6 / 100)
	365

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. CLÁUSULA DEZOITO – DO REAJUSTE

18.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, desde que solicitado pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19. **CLÁUSULA DEZENOVE - DA GARANTIA CONTRATUAL**

19.1. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das seguintes modalidades:

19.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

19.1.2. Seguro-garantia; ou

19.1.3. Fiança bancária.

19.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura. Caso a garantia não seja apresentada nesse prazo, a Contratante fica autorizada a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da proposta por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.3. Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que deverá ser renovada em caso de prorrogação contratual, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

19.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.5.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.5.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.5.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

19.6. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificando o crédito em nome da Fundação Universidade Federal de Pelotas.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

19.11. Após três meses da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

20. **CLÁUSULA VINTE - DAS VEDAÇÕES**

20.1. É vedado à CONTRATADA:

20.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

20.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

21. **CLÁUSULA VINTE E UM - DAS ALTERAÇÕES**

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

21.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

22. **CLÁUSULA VINTE E DOIS - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

22.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

23. **CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

23.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, e no presente contrato.

23.2. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

23.2.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

23.2.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações do termo de referência, projetos e prazos;

23.2.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

23.2.4. o atraso injustificado no início do serviço;

23.2.5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

23.2.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

23.2.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

23.2.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

- 23.2.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- 23.2.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- 23.2.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- 23.2.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- 23.2.13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 23.2.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 23.2.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- 23.2.16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
- 23.2.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- 23.2.18. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 23.3. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 23.4. A rescisão deste Contrato poderá ser:
- 23.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos 23.2.1 a 23.2.12, 23.2.17 e 23.2.18 desta cláusula;
- 23.4.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- 23.4.3. judicial, nos termos da legislação.
- 23.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 23.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 23.2.12 a 23.2.17 desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- 23.6.1. devolução da garantia;
- 23.6.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 23.7. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DOS CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos, normas administrativas federais e princípios gerais dos contratos, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO - DA SUBROGAÇÃO

25.1. Com a assinatura do Contrato de Gestão celebrado entre a Universidade Federal de Pelotas – UFPel e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH para a gestão especial gratuita dos hospitais universitários da UFPel, foi criada uma nova filial da referida empresa em Pelotas – RS e como consequência os contratos firmados com o Hospital Escola poderão ser sub-rogados para esta filial.

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS - DA PUBLICAÇÃO

26.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

27. CLÁUSULA VINTE E SETE - DO FORO

27.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, bem como, os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes e as testemunhas a seguir firmam o presente Contrato na forma eletrônica, para um só efeito.

Prof. Pedro Rodrigues Curi Hallal
Reitor
Pela CONTRATANTE
(Assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante
Pela CONTRATADA
(Assinado Eletronicamente)

TESTEMUNHAS:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF nº: XXXXXXXXXX
(Assinado eletronicamente)

Nome:
CPF nº: XXXXXXXXXX
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **VIRGINIA LAURA MACHADO DUTRA, Assistente em Administração**, em 27/03/2019, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0441894** e o código CRC **513B2F4C**.

Referência: Processo nº 23110.003434/2019-38

SEI nº 0441894